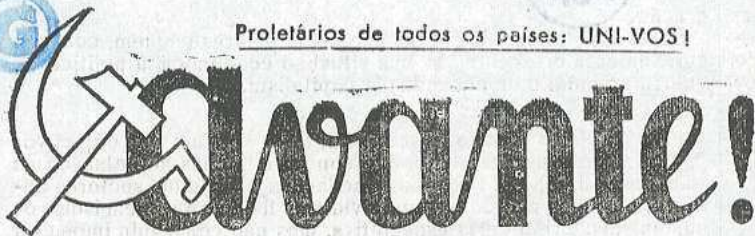


Proletários de todos os países: UNI-VOS!



Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A participação da Oposição democrática nas «eleições» não é um fim em si, antes significa travar uma batalha contra o regime fascista, uma batalha pela liberdade.

Por isso, na campanha eleitoral, a Oposição deverá levantar a primeira reivindicação política do povo português:

A instauração das liberdades democráticas: da formação de partidos políticos, de associação, de imprensa, de reunião, de manifestação, de greve e sindical, com vistas à realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

O COMITÉ CENTRAL DEFINIU:

A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL E AS TAREFAS IMEDIATAS NA LUTA CONTRA A DITADURA FASCISTA

Os acontecimentos comprovam inteiramente a análise feita pelo PCP da situação política decorrente do afastamento de Salazar e da formação do governo de M. Caetano, as perspectivas que indicou, os objectivos e formas de acção que definiu.

O PCP desvendou como, através da demagogia «liberalizante», os fascistas procuram salvar o regime e prosseguir no fundamental a política salazarista. Advertiu contra as ilusões que iria semear. Insistiu na necessidade de, por um lado, desmascarar a manobra fascista e de, por outro lado, aproveitar audaciosamente as condições favoráveis criadas pelo agravamento da crise do regime para conquistar posições, imprimir um novo curso à vida política, impulsionar a acção política e a luta popular de massas.

Ao fim de um ano de governo de M. Caetano, dois traços essenciais caracterizam a situação política.

Primeiro: A demagogia «liberalizante», desmascarada perante as massas, deixa transparecer, cada vez mais claramente a política tradicional da ditadura fascista nos seus aspectos essenciais e revela a incapacidade do regime para vencer as suas dificuldades e contradições internas, evidentes nas tentativas de conciliação da demagogia «liberalizante» com o imobilismo.

Segundo: No maior fluxo da luta popular desde 1961/62, a convergência da luta em três frentes principais (a luta reivindicativa da classe operária, o movimento associativo dos estudantes e o movimento político da Oposição) assegurou importantes êxitos e lançou as bases para grandes vitórias.

Desmentindo as afirmações demagógicas dos fascistas e as ilusões, concepções e manejos do oportunismo de direita e de esquerda, ao fim de um ano, a ditadura fascista continua e a luta popular voltou contra os fascistas a manobra através da qual pretendem salvar-se.

UM ANO DE DEMAGOGIA «LIBERALIZANTE»

1. Governo de «União Sagrada» de vários clãs fascistas — tal o governo de M. Caetano.

O regime está roído por contradições internas que não consegue superar, que se traduzem em conflitos de competência, em rivalidades pessoais e ambições de chefia, em diferenças quanto às formas e métodos de manter a dominação dos monopólios e dos grandes senhores da terra. Na medida em que essas contradições se agravam e se desenvolve a luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas, poderá vir a verificar-se uma efectiva diferenciação política nas classes dominantes e uma luta pelo poder entre partidários dum terror mais aberto e mais violento e partidários do abandono das fórmulas do Estado Novo Corporativo.

O que caracteriza porém actualmente as relações entre os vá-

rios clãs fascistas é o acordo nos aspectos fundamentais duma mesma política de opressão, de exploração das classes trabalhadoras, de domínio e guerras coloniais, de entrega ao imperialismo.

O governo dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários continua sendo um governo de «União Sagrada» dos vários clãs fascistas (liberalizantes e «ultras») para o prosseguimento de uma política, cujo objectivo é salvar e consolidar a ditadura fascista num momento de grave crise.

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL COMUNICADO

No mês de Agosto de 1969, efectuou-se uma reunião do Comité Central do Partido Comunista Português.

O CC examinou atentamente a situação política nacional. Em conclusões do debate, foi aprovada uma Resolução intitulada «A situação política actual e as tarefas imediatas na luta contra a ditadura fascista» e um documento relativo às próximas «eleições» para a Assembleia Nacional.

O CC examinou também os resultados da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscovo em Julho de 1969, aprovando uma Resolução.

O CC aprovou também uma Resolução sobre as comemorações pelo PCP do Centenário do Nascimento de Lênin em Abril de 1970.

é sinónimo de «subversão». Negando o direito de organização às forças democráticas e afirmando que a União Nacional «é a única via institucionalizada de acção política», confirmam o regime do partido único.

Cedendo aparentemente às reclamações do movimento democrático, os fascistas proclamam a abolição da exigência da homologação pelo governo das direcções sindicais; mas logo a nova Lei Sindical institui a homologação prévia. Proclamam a realização de eleições nas Associações de Estudantes; mas logo encerram associações e faculdades. Proclamam a tolerância e o respeito da opinião; mas logo a repressão revela a verdadeira face do regime.

3. A repressão fascista incide em primeiro lugar contra o PCP, o partido da classe operária, único partido revolucionário, único que está em condições de encaminhar o movimento antifascista para o seu objectivo: o derrubamento da ditadura e a instauração dum regime democrático. Desmentindo a afirmação odiosa de M. Caetano de que «não há em Portugal presos políticos», continuam nas prisões muitos dos mais destacados lutadores da classe operária e do movimento democrático, como Pires Jorge, Blanqui Teixeira, Dias Lourenço, Octávio Pato, Carlos Costa e tantos outros.

Contra os operários em greve, os estudantes de Coimbra, os manifestantes, as reuniões de democratas, são lançados a PIDE, a GNR, a PSP. Continuam as buscas, rusgas, ameaças, intimidações.

O povo português não se deve deixar iludir pelo facto de a ditadura fascista não desencadear neste momento uma grande vaga repressiva contra o movimento democrático. Não o faz apenas pelas exigências da demagogia «liberalizante» e porque teme uma rápida agudização da luta popular. O movimento democrático tem de estar preparado, porque, detrás da máscara «liberalizante» continua a determinação dos fascistas de se manterem no poder pela violência, recorrendo a todos os meios incluindo a guerra civil.

GES
PCP



4. A guerra colonial é um aspecto central da política do governo, que custa ao povo e à nação pesados sacrifícios, em benefício exclusivo dos monopólios e do imperialismo. M. Caetano intensifica as operações militares; multiplica as provocações, os actos de terrorismo e de diversão contra os movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique; desenvolve uma intensa propaganda para desorientar e intoxicar a opinião pública portuguesa; e, em cooperação com os regimes racistas da África do Sul e da Rodésia, lança-se abertamente na intriga, conspiração, intervenção e actos de agressão contra a Zâmbia, Tanzânia, Guiné — Conacry, Senegal e Congo Brazaville, na tentativa de fomentar golpes reaccionários nesses estados e cercar as colónias portuguesas com um «cordão de segurança». Avaliando erradamente a situação internacional e a correlação de forças, os fascistas, julgando poder ganhar a guerra, multiplicam os crimes contra os povos que conduzem uma justa luta pela independência e lançam a nação portuguesa numa aventura que, a prosseguir, acentuará as dificuldades e privações do povo e custará muitas vidas da juventude, sacrificadas aos interesses exclusivos dos monopólios e do imperialismo.

5. A política externa do governo de M. Caetano caracteriza-se por uma actividade febril para reforçar as alianças reaccionárias e obter maior ajuda externa, particularmente dos Estados Unidos e da República Federal Alemã dentro e fora do quadro da OTAN, a troco de concessões crescentes que agravam o enfeudamento de Portugal ao imperialismo. Estreita a aliança com a Espanha franquista com os objectivos fundamentais de uma cooperação imediata e duma intervenção armada futura contra o movimento democrático, indo M. Caetano ao ponto de afirmar que a finalidade da «colaboração militar» entre os dois países é a luta contra as «acções subversivas». Estreita a aliança com o odioso regime racista da África do Sul, comprando com as concessões do Cunene e de Cabora-Bassa um auxílio directo para a guerra colonial. Numa política ambiciosa, pretende criar um pacto do Atlântico Sul, atraindo o Brasil a um apoio à guerra colonial, a troco de grandes concessões em África.

Uma tal política está porém condenada. A proclamada iniciativa e dinamismo de M. Caetano, na busca de apoios e ajudas internacionais, recebeu, com a sua viagem ao Brasil, o primeiro fracasso espectacular. Entretanto, se a luta popular não forçar a uma rápida mudança da política externa, horas mais sombrias esperam o povo e a nação.

6. O controle dos monopólios sobre toda a vida económica e política nacional tem-se acentuado ainda mais desde a formação do governo de M. Caetano.

Pretendendo apresentar os grupos monopolistas como capazes de resolver as dificuldades nacionais, M. Caetano dá entrada no governo aos seus técnicos de gestão e aplica a concepção do «governo de colaboração» reclamado pelo capital financeiro, chamando ao Conselho Económico Interministerial os representantes directos dos Conselhos de Administração. Com o pretexto da concorrência estrangeira acelera a concentração das riquezas nacionais nas mãos dos monopólios e a liquidação das pequenas empresas. A coberto de «medidas de emergência», intensifica a centralização monopolista, como no caso da têxtil, da pesca e conservas, dos produtos siderúrgicos e das metalomecânicas. Pondo os recursos do Estado ainda mais abertamente ao serviço dos monopólios, facilitando as especulações do capital financeiro e os seus planos para se apoderar dos pequenos capitais, o governo de M. Caetano, a pretexto duma demagógica «modernização» das técnicas administrativas e financeiras, dá novos passos para a consolidação do capitalismo monopolista de Estado.

Daí o apoio que abertamente lhe manifestaram banqueiros, industriais e monopolistas que, na demagogia «liberalizante» do governo de M. Caetano, vêem a política que melhor corresponde aos seus interesses no momento actual.

7. Na intensificação da exploração da classe operária os grupos monopolistas procuram um acréscimo da mais-valia que lhes permita uma mais rápida acumulação de capital e um preço de produção que lhes dê capacidade de competição no mercado internacional e até no mercado interno invadido por mercadorias estrangeiras.

Ao mesmo tempo que prosseguia a política de congelamento de salários, o governo de M. Caetano deixou as mãos livres aos monopólios para desencadear a maior vaga de alta de preços dos últimos anos. Depois, enquanto lançava a demagógica «repressão contra a alta», visando apresentar à opinião pública os pequenos comerciantes como os responsáveis pelo agravamento do custo de vida, os monopolistas arrecadavam fabulosos lucros e aumentavam o capital das suas companhias em milhões de contos.

Entretanto, agravam-se os factores de crise que M. Caetano prometeu resolver. Os grupos monopolistas e o seu governo mostram-se incapazes de fazer sair o país duma estagnação económica que atinge os principais ramos da indústria e da agricultura e de que é um significativo índice a quebra de investimentos registada em 1968. Preparam-se novas subidas de preços e uma nova campanha de «produtividade», que agravará mais ainda a exploração da classe operária. Aos milhares de trabalhadores atirados para o desemprego, a única saída que o governo aponta é a emi-

gração.

Só a luta impedirá que as massas populares paguem, com um agravamento crescente da sua situação económica, a política de guerra colonial e de acumulação capitalista.

8. O fascismo não alcançou até hoje nenhum dos objectivos maiores que pretendia. Semeou ilusões, mas não alargou as suas bases de apoio. Provocou vacilações em alguns sectores antifascistas, mas não conseguiu dividir os democratas nem isolar os comunistas. Criou certa expectativa, mas não conseguiu impedir a agudização da luta de classes. Obteve a complacência da imprensa burguesa internacional, mas não conseguiu alargar os seus apoios internacionais. Pretendeu convencer o povo duma política de «renovação» e «liberalização», mas logo revelou em toda a sua actuação o prosseguimento da política fascista. Fez muitas promessas, mas mostrou claramente ser incapaz de resolver qualquer dos grandes problemas nacionais.

Ao mesmo tempo, contra os projectos e esperanças dos fascistas, contra as ilusões e o oportunismo de alguns sectores da Oposição, em vez da passividade e do atentismo, o povo português lançou-se à ofensiva, quebrou o imobilismo político e conquistou importantes posições.

O fluxo da luta popular em três frentes principais (as lutas da classe operária, as lutas da juventude, e o movimento político da Oposição), abriu caminho a grandes batalhas pela liberdade.

Sérios reveses para o fascismo, importantes sucessos para o povo português — tal o saldo de um ano de demagogia «liberalizante» e de luta das massas populares e do movimento democrático.

II

AS LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA

1. As greves operárias constituíram a primeira poderosa resposta do povo português à demagogia «liberalizante».

Num momento político crucial, quando os fascistas procuravam criar a expectativa e a passividade e esta era apregoadada por importantes sectores da Oposição; — a classe operária, única classe consequentemente revolucionária, passando à ofensiva, desencadeando uma vaga de greves, paralisações e outras lutas em que participaram cerca de 100.000 trabalhadores, afirmou uma vez mais a sua elevada consciência de classe e a sua posição de vanguarda do movimento antifascista.

Além de um grande êxito traduzido em aumentos de salários e outras reivindicações alcançadas, a vaga de greves e paralisações constituiu uma grande vitória política da classe operária. A ofensiva da classe operária contribuiu para o esclarecimento da situação actual, da natureza do governo e da sua política. Fez recuar o oportunismo, a discriminação anticomunista de alguns socialistas de direita, a fraseologia pseudo-revolucionária do radicalismo pequeno-burguês. Exerceu um efeito de choque em todo o movimento democrático, contribuindo para a dinamização da acção política, o isolamento dos divisionistas, o reforço da unidade.

As lutas operárias nos primeiros meses de 1969, pela sua amplitude, o seu carácter, o seu significado, as formas que assumiram, os seus resultados, constituíram as mais importantes lutas contra o fascismo desde a constituição do governo de M. Caetano.

2. A eclosão da ofensiva da classe operária da região de Lisboa em princípios de 1969 resultou da conjugação de factores de ordem objectiva e subjectiva: os exemplos e experiências ainda recentes das lutas da primeira metade de 1968; o processo já em desenvolvimento da luta reivindicativa nas empresas; o agravamento da exploração e da situação económica dos trabalhadores; as condições políticas mais favoráveis resultantes do agravamento da crise do regime e da demagogia «liberalizante»; a acção do Partido Comunista, dos seus militantes e de trabalhadores de vanguarda sem Partido.

Nos últimos meses de 1968, desenvolvia-se a luta reivindicativa. Em muitas empresas, o patronato tomara o compromisso de fazer aumentos de salários e satisfazer outras reivindicações.

Em vez do prometido, a cínica recusa de aumentos, a concessão de aumentos insignificantes, discriminações, arbitrariedades e despedimentos, acompanhados por um súbito aumento de preços, geraram profunda indignação.

Nos últimos meses de 1968, a luta dos ferroviários, com a unidade e a participação massiva da classe, a acção dirigente da Comissão Nacional dos Ferroviários, a divulgação das suas exposições, a expectativa duma greve ferroviária e finalmente o luto ferroviário, declarado a 2 de Janeiro, constituíram um exemplo exaltante para todos os trabalhadores da região, que interveio como «detonador» da vaga de lutas na região de Lisboa, Baixo Ribatejo e Margem Sul.

3. A vaga de paralisações e greves, lançada na Lisnave, Arsenal, Trefilaria e Cimentos Tejo desenvolveu-se até Abril numa sucessão de lutas em numerosas fábricas. No Baixo Ribatejo: Robialac, Corame, Sociedade Reis, Tudor, Bic, Cimianto, Jap,

Covina, Ford e General Motors. Em Lisboa: Portugal e Colónias, Utic; Ávila, Parry e Son, Alfredo Alves, Sorefame, Intar, Tabacqueira, Simões, Barros, Lapidiação de Diamantes, Standard, Sorranco, Matadouro, Wander, Diário Popular, Cel-Cat, Bis. Na Margem Sul: Movauto, Baleias, Garrafões, Nicola e Firestone.

Já fora do quadro das lutas operárias deste período, a greve de 20 dias dos pescadores da sardinha de Setúbal e a greve de 18 dias dos pescadores do bacalhau aparecem, entretanto, na sua sequência.

Em muitas empresas, os trabalhadores conseguiram a satisfação total ou parcial das reivindicações apresentadas. Noutras, a luta continua. Por falta de unidade e de organização e pela repressão brutal, registou-se na Covina uma severa derrota.

O número de vitórias alcançadas, o rápido recuo do patronato em numerosos casos, ou mesmo a «anticipação» de aumentos de salários ante a ameaça de greve, o facto de o governo não ter tentado uma ofensiva repressiva geral e em larga escala, — resultaram por um lado da amplitude do movimento, da unidade e decisão dos trabalhadores, testemunham por outro lado as dificuldades políticas que atravessam as classes dominantes e o regime fascista, o seu receio de um súbito agravamento da luta de classes.

4. Algumas lições resultam destas magníficas lutas:

A luta mostrou que a rica experiência da classe operária e do Partido, acumuladas ao longo de muitos anos de luta sob as condições do fascismo, aliada ao espírito criador das massas, é um poderoso instrumento nas mãos dos trabalhadores.

Mostrou uma vez mais que os trabalhadores nada têm a esperar dos seus exploradores e do governo fascista e que só pela luta podem alcançar a satisfação das suas reivindicações.

Mostrou que a unidade e a organização são condições essenciais para a vitória. Assim como nos sucessos pesaram de forma decisiva a luta simultânea, a identidade regional das formas de luta e das reivindicações, a forte unidade dos trabalhadores em cada empresa, a acção organizada de Comissões de Unidade e a ligação destas com os trabalhadores, assim também a divisão dos trabalhadores e a falta de trabalho organizado conduziram à derrota.

A luta mostrou que a combatividade, a firmeza e confiança no sucesso são indispensáveis para fazer frente à resistência e à repressão do patronato e do Estado fascista. Assim como em muitos casos se fez corajosamente frente às recusas, às vagas promessas, às ameaças de repressão, assim também em alguns casos hesitações e vacilações permitiram ao patronato ganhar tempo e acabar por recusar qualquer concessão (Simões, Ecril).

A luta mostrou que os métodos democráticos de discussão, decisão e escolha dos membros das Comissões são valiosos instrumentos para solidificar a unidade dos trabalhadores, fortalecer a autoridade e a defesa das Comissões, assegurar o prosseguimento da luta até à vitória.

Mostrou ainda que da escolha das formas de luta adequadas à situação, do espírito de iniciativa e criador das massas depende em larga medida o sucesso. A classe operária confirmou o seu profundo instinto revolucionário ao descobrir a conjuntura favorável para a utilização de paralisações e greves. Mas em muitos casos a passagem de umas formas de luta a outras ou a sua associação, o recurso à greve de braços caídos, a utilização de formas novas («bolsos de fora», «braçadeiras negras»), a rápida iniciativa para fazer frente às manobras do patronato, constituíram valiosa contribuição para o sucesso.

A luta mostrou finalmente que a presença, a experiência e a acção do Partido são factor decisivo para o desenvolvimento vitorioso da luta da classe operária.

A análise da situação política pelo Partido, a indicação das condições favoráveis criadas pelo agravamento da crise do regime para a luta vitoriosa pelas reivindicações económicas, as consignas relativas às formas de organização e de luta e a acção dos militantes, da imprensa e da Rádio do Partido, estiveram presentes neste grande movimento. O CC do PCP dirige a todos os trabalhadores que participaram nas lutas as suas calorosas saudações de combate.

5. Organizar, coordenar e unificar a luta reivindicativa é uma tarefa urgente para o seu prosseguimento vitorioso.

É necessário empreender um decidido esforço para desenvolver e fortalecer a organização unitária dos trabalhadores para a direcção das lutas reivindicativas:

Nas empresas, formando Comissões, eleitas pelos trabalhadores ou gozando da sua confiança, promovendo reuniões e assembleias para discutir as reivindicações a apresentar e as formas de luta a seguir em cada momento;

Nas localidades, regiões e classes profissionais, promovendo com o mesmo fim reuniões de trabalhadores de várias empresas (numa base local, regional ou profissional), procurando tornar tais reuniões uma prática regular, estabelecendo enlaces permanentes entre as várias empresas, estimulando a formação de Comissões de delegados das Comissões de empresa (seja por ramo industrial, seja por localidade ou região) ou outras formas que os próprios trabalhadores considerem mais adequadas nas condições concretas que se apresentam.

É necessário estar vigilante ante a formação de Comissões Internas de Empresa, através das quais, à semelhança da CUF o patronato procura desorganizar as Comissões de Unidade eleitas ou formadas pelos trabalhadores. Em tais casos, os trabalhadores, com-

batendo as CIE, devem manter e reforçar as suas Comissões e dar-lhes activo apoio.

A demagogia «liberalizante», o fluxo das lutas operárias, o ascenso do movimento democrático e a aproximação das «eleições» fascistas criam condições favoráveis para a formação de amplas estruturas legais dos trabalhadores com vistas à direcção da luta reivindicativa.

6. Uma perspectiva de novas grandes lutas apresenta-se na situação actual. O recurso à greve pode vir a impôr-se com mais frequência num próximo futuro. É necessário impulsionar a luta nas empresas, coordená-la, detectar as disposições das massas, tomar a tempo as medidas práticas de organização assentes numa ampla base de massas e tomar decididamente a iniciativa e a vanguarda.

7. A criação dum amplo movimento sindical na base dos Sindicatos Nacionais está na ordem do dia.

A utilização dos Sindicatos para realizar nas sedes grandes concentrações e assembleias, onde se debatam os problemas da classe, se formulam as suas reivindicações se discutam os Contratos Colectivos; a organização da luta para a eleição, para as direcções, de listas de classe e a exigência de eleições imediatas nos sindicatos geridos por Comissões Administrativas; uma ampla campanha contra o controle patronal e fascista dos Sindicatos Nacionais, exigindo que os sindicatos sejam entregues à gestão livre dos trabalhadores; o desmascaramento dos métodos de intimidação, falsificações, ilegalidades, intervenção abusiva do INT nos sindicatos; a luta contra a nova Lei Sindical, que substitui a homologação pelo governo das direcções eleitas, pela homologação prévia dos próprios candidatos às direcções; a realização, na base das Comissões de Trabalhadores do movimento democrático, de amplas reuniões regionais e mesmo de uma reunião nacional para debater a situação sindical — são tarefas da máxima importância na actualidade.

As condições são favoráveis para lançar uma vasta ofensiva e alcançar importantes sucessos no terreno sindical.

8. A maior debilidade da luta no momento actual reside no atraso da luta nos campos, designadamente do proletariado rural do Alentejo e Ribatejo, de gloriosas tradições revolucionárias. É necessário um decidido esforço para vencer esse atraso e para que os trabalhadores alentejanos e ribatejanos, abrindo uma quarta frente, se juntem à luta dos operários da indústria e dos transportes, dos estudantes e do movimento democrático.

9. O 1.º de Maio foi comemorado pelos trabalhadores portugueses, apesar da campanha de intimidação e das demonstrações de força do aparelho repressivo. As concentrações e manifestações de rua do Porto e de Lisboa, violentamente reprimidas, marcaram uma vez mais o 1.º de Maio como uma jornada de luta corajosa dos trabalhadores, aos quais se juntaram numerosos estudantes.

Entretanto, considerando que se aproxima um período no qual as manifestações de rua podem vir a ter um papel mais importante, é de reter a experiência de que grandes manifestações de rua não podem ser realizadas apenas através de agitação e de apelos, antes necessitam de sólida preparação e organização.

III

AS LUTAS DA JUVENTUDE

1. A demagogia «liberalizante» na Universidade, salda-se no fim do ano, por pesadas derrotas. E, entretanto, se houver sector em que logo de início a demagogia se manifestou foi a Universidade.

Ao fim de um ano que se verificou? Ao anúncio da preparação dum Reforma e de «inqueritos», estudantes, assistentes e professores respondem pegando na palavra do Governo, realizando numerosos debates, assembleias, reuniões, estruturando comissões, publicando inúmeros artigos sobre este tema o que força o governo a recuar rapidamente e a voltar à velha tese reaccionária da Universidade «templo da cultura das elites» oposta à «massificação das escolas» de que fala o Ministro da Educação.

Quanto ao movimento associativo foram os estudantes que tiveram de forçar o governo a cumprir contra-vontade as suas promessas de normalização da vida associativa, acabando por correr com Comissões Administrativas em eleições que foram grandes vitórias.

O governo não aceitou a derrota. O encerramento de associações e das Universidades de Coimbra e de Lisboa, a suspensão, não homologação, e prisão de dirigentes associativos mostrou que o governo aproveitou e fomentou pretextos para empreender uma contra ofensiva centrada sobretudo na repressão tentando tomar posições perdidas.

A amplitude, combatividade e iniciativa do movimento estudantil desmascarou a demagogia «liberalizante» e confirmou as novas e reais potencialidades de acção antifascista.

2. A luta dos estudantes é um grande movimento de massas. Não é condescender com as pretensões dirigistas do radicalismo pequeno-burguês, afirmar que os estudantes se encontram nas primeiras linhas de luta contra a ditadura fascista e, em diversos momentos e iniciativas, não só nas primeiras, mas na primeira. É na Universidade que se desenvolve o mais potente movimento de massas juvenil que desde Novembro aprova numa Assembleia de 5.000 jovens, a «Declaração de Coimbra», carta reivindicativa dos estudantes portugueses e cria democraticamente o C.N.E.P. organismo federativo nacional.

No primeiro período escolar, o luto académico, a greve total de uma semana na Universidade; plenários de 5 e 4.000 estudantes; grandes reuniões, debates, convívios, assembleias, por diversos objectivos reivindicativos e políticos, seguidos na abertura solene da Universidade de uma grandiosa marcha de silêncio, marcou o maior ascenso desde 1962, da luta estudantil em Lisboa.

No segundo período escolar, plenários de 1.000 e 2.000 estudantes, cortejos de silêncio, lutas e greves por objectivos pedagógicos e de protesto contra a repressão, reuniões e assembleias em diversas escolas, assinalam o desenvolvimento de acções que pela sua amplitude e vigor não têm precedentes nos últimos anos na Universidade do Porto.

3. As grandes lutas de Coimbra são porém o acontecimento maior deste período de luta estudantil.

Especialmente a partir da «Tomada da Bastilha» e da luta pelos 8 pontos, os estudantes de Coimbra souberam desenvolver um forte movimento de massas, na base de objectivos concretos da mobilização dos cursos e de motivações surgidas no próprio processo da luta, com formas maleáveis e originais de organização que garantiram a unidade da Academia mesmo nas mais difíceis fases da luta.

A realização das eleições para a A. Académica e o triunfo da lista associativa constituíram a primeira grande vitória dos estudantes de Coimbra, a conquista duma importante posição. Os acontecimentos de 17 de Abril foram o pretexto da contra ofensiva fascista que pretendia matar no ovo o movimento que se iniciava. Respondendo corajosamente ao governo e votando em massa o luto académico e a greve dos exames, logo cumprida a 96%, os estudantes de Coimbra obrigaram os demagogos Caetano e Saraiva a deitar abaixo a máscara liberalizante.

A luta dos estudantes de Coimbra excedeu o âmbito estudantil e apareceu justamente aos olhos da opinião como uma grande batalha política.

O CC do PCP dirige aos estudantes de Coimbra as suas calorosas saudações de combate e apela para a solidariedade aos estudantes de Coimbra em luta.

4. Influências negativas do oportunismo de esquerda e de direita, que se manifestam no movimento estudantil, dificultaram mas não impediram mesmo nas fases mais difíceis o prosseguimento da luta de amplas massas, o que mostra a força revolucionária que se desprende do movimento estudantil. O Partido porém não pode limitar-se a aplaudir e a louvar, tem o dever de analisar, de estudar as experiências, de apontar desvios.

No movimento estudantil, embora o oportunismo de direita tenha também numerosas manifestações e se esconda muitas vezes sob a fraseologia revolucionária, são ainda o radicalismo, o esquerdismo, o sectarismo, que se revelam os desvios mais graves.

Menosprezo total das AE da actividade legal associativa; ataque cerrado à mobilização estudantil por objectivos limitados e imediatos, às acções reivindicativas de massas; posição ultra-radical na determinação dos objectivos gerais de luta e dos processos de acção, das formas e linguagem da propaganda; atracção por todas as táticas que isolam e põem em destaque pequenas minorias e que conduzem à ilegalização e clandestinização do movimento; utilização da contestação global e absoluta como forma principal de acção e fim em si mesmo; Teoria da ofensiva permanente; negação do papel dirigente da classe operária e a pretensão de orientar e conduzir o movimento revolucionário no seu conjunto («comissões estudantes-operários», «poder estudantil»).

O peso esquerdista que esta orientação tem exercício sobre o movimento estudantil, dificulta o aproveitamento da actual situação, facilita a acção repressiva fascista; põe em perigo as estruturas legais associativas e as posições conquistadas, dificulta uma direcção acertada das lutas até ao seu termo; tem uma influência negativa na unidade estudantil.

5. A organização política dos estudantes é uma necessidade que se tem vindo a acentuar por uma dupla exigência: primeira, corresponder à crescente vontade de luta antifascista manifestada pelas massas estudantis; segunda, defender devidamente o Movimento Associativo, o qual não deverá, como pretendem alguns esquerdistas, politizar-se até ao ponto de pôr em causa a sua legalidade e mais ampla base de massas, dando o flanco à re-

pressão que ameaça destruir as mais importantes conquistas do movimento estudantil.

Numa tal situação, torna-se fundamental incrementar a acção ideológica, definir uma orientação correcta para o movimento estudantil, abrindo-lhe uma autêntica perspectiva revolucionária.

Por outro lado, importa multiplicar nas Faculdades e Escolas as comissões democráticas e estruturas do movimento legal da juventude portuguesa, para mobilizar um largo e activo apoio a todos os aspectos do trabalho «eleitoral» e promover as reivindicações democráticas da juventude estudantil.

6. As iniciativas da juventude em torno da preparação das «eleições» contribuem, por um lado, para refrescar o movimento eleitoral com centenas de novos e entusiastas activistas, e para o estabelecimento de estruturas juvenis que se transformem em ponto de partida para outras iniciativas, quer no âmbito «eleitoral», quer fora dele.

A participação determinante da juventude nas manifestações de 5 de Outubro, 31 de Janeiro e 1.º de Maio, as reuniões, encontros e comícios de jovens em Famalicão, Porto, Aveiro, Lisboa, Margem Sul e Ribatejo, a reclamação do direito de voto para os maiores de 18 anos, feita pelos jovens de Aveiro e de Coimbra, a formação de comissões democráticas de jovens em vários distritos e concelhos — são realizações que revelam capacidade de iniciativa, disposição de intervenção política da parte de largas camadas da juventude.

A participação crescente da juventude trabalhadora na luta antifascista mostra que as condições estão maduras para se avançar na direcção de um largo movimento unitário de toda a juventude, voltado para as massas, apontado ao futuro.

7. A imediata criação dum vasto movimento da juventude, é uma aspiração profundamente sentida pela jovem geração.

No momento político actual abrem-se grandes possibilidades para a juventude lançar o seu movimento independente, com larga base de massas e voltado para a defesa dos seus interesses.

Os jovens pretendem unir-se na acção para se conhecerem e confraternizarem, para livremente debaterem os seus problemas e juntos encontrarem as soluções, para intervirem activamente na vida nacional, na luta pela liberdade.

Reuniões por objectivos definidos temporários ou permanentes, convívios, assembleias, festivais, são a base natural da iniciativa juvenil e as formas de cooperação e organização que melhor correspondem a um largo movimento democrático da juventude.

A juventude trabalhadora, da cidade e do campo deve, estar no centro do desenvolvimento dum tal movimento.

Pelas suas condições de vida, pela experiência adquirida na acção reivindicativa de classe, pela sua disposição de luta em todas as frentes antifascistas, pela sua acção persistente e combativa, a juventude trabalhadora, deve tornar-se a força principal da juventude, o polo de atracção de todo o movimento.

A legalidade do movimento juvenil é uma questão decisiva para que ele possa desenvolver-se, tomar grandes iniciativas, manter a sua continuidade.

A melhor garantia da defesa da legalidade do movimento contra a repressão fascista, está na sua identificação com os mais vivos anseios da juventude, na natural aplicação de métodos largamente democráticos de funcionamento, na sua força de massas.

O fascismo não conseguiu ganhar a juventude. A juventude pode ganhar a batalha do seu movimento contra o fascismo.

IV

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO E AS LUTAS POLÍTICAS

1. As lutas políticas da Oposição constituem, no período decorrido desde a formação do governo de M. Caetano, a terceira grande frente antifascista.

A luta pelo direito de livre expressão do pensamento e pelo direito de organização neste período caracterizou-se pelo facto de que ela se concretizou numa persistente embora lenta ofensiva que levou à conquista progressiva de importantes posições. Saltando por cima das interdições fascistas, ladeando a Censura, fazendo frente às ameaças, numerosas iniciativas trouxeram à luz do dia o vasto movimento de opinião democrática, ao mesmo tempo que, resistindo à repressão e alargando o coléte de forças da legalidade fascista, se foram criando e ampliando importantes estruturas orgânicas.

Abaixo-assinados subscritos, no conjunto, por dezenas de milhares de democratas divulgaram em amplas camadas da população severas críticas ao fascismo e os objectivos políticos da Oposição. Conferências, colóquios, reuniões, mesas redondas, atraíram à discussão dos problemas nacionais muitos milhares de portugueses. O Congresso Republicano de Aveiro, em que participaram 1.500 delegados de todas as correntes do movimento demo-

crático, constituiu uma grande realização de carácter unitário.

Resistindo à proibição fascista de constituição de quaisquer organismos democráticos e às tentativas de intimidação, os antifascistas souberam encontrar formas maleáveis de organização, impuseram a legalidade embora contingente de sucessivas reuniões e assembleias e criaram uma ampla rede de comissões democráticas.

Num ano de luta, o movimento democrático conquistou importantes posições e consolidou e alargou as suas bases de apoio.

2. O 31 de Janeiro constituiu um marco do desenvolvimento democrático neste período. Se as romagens, manifestações e reuniões do 5 de Outubro haviam permitido «tomar o pulso» da situação, o 31 de Janeiro, permitiu a clarificação das posições dos vários sectores e constituiu um sério golpe para as posições divisionistas, oportunistas e tendentes ao colaboracionismo que entravaram a acção democrática nos primeiros meses do governo de M. Caetano. Ao mesmo tempo que se faziam sessões de carácter unitário, o plano oportunista dos socialistas de direita para fazerem do Comício do Coliseu do Porto o ponto de partida para a sua legalização preferencial a troco do divisionismo e do anticomunismo, sofreu rotundo fracasso. Mostrou-se que quem pretenda dividir a Oposição e isolar os comunistas e os sectores favoráveis à unidade corre o risco de se isolar a si próprio.

A partir do 31 de Janeiro, a iniciativa passa para as mãos dos sectores unitários. Aqueles que haviam pretendido a hegemonia do movimento democrático, tiveram que acompanhar as iniciativas unitárias para não ficar isolados.

Neste período, o desenvolvimento do movimento democrático e o reforço da sua unidade dão-se na mesma medida em que as concepções oportunistas são combatidas e diminui a sua influência.

3. Comissões, reuniões e assembleias tornaram-se formas orgánicas maleáveis cujo desenvolvimento progressivo numa base democrática é o aspecto mais positivo do movimento antifascista desde a formação do governo de M. Caetano. A iniciativa das primeiras comissões formadas na cúpula foi seguida da iniciativa das assembleias, reuniões e comissões da base, que fazem ouvir a sua voz, dinamizam, quebram a rotina, afirmam a legalidade do movimento fazem recuar as concepções oportunistas, pressionam no sentido unitário e de acção as estruturas superiores e voltam cada vez mais para as massas todo o movimento.

As reuniões de Alcobaça (13 de Abril), S. Pedro de Muel (15 de Junho) e palácio da Fronteira de Lisboa (13 de Julho) e outras, representaram passo importante para a estruturação do movimento democrático e o reforço da sua unidade, à escala distrital e nacional.

A rápida multiplicação das comissões democráticas, locais, concelhias, de freguesia, de trabalhadores, de jovens, de mulheres, e a realização de amplas reuniões de delegados são o caminho para dar ao movimento democrático os instrumentos indispensáveis para intensificar a acção política, desencadear grandes campanhas, alargar a luta popular de massas.

4. Limitações e insuficiências verificaram-se porém. A primeira reside no facto de o movimento agir por vezes como se considerasse a concorrência às «eleições» fascistas um fim em si, o que não só entrava a iniciativa e fecha o quadro da actividade democrática como é susceptível de provocar o colapso da iniciativa política e de estruturas criadas, uma vez realizada a previsível burla «eleitoral».

A segunda reside no facto de que, em muitos casos, a estruturação orgânica que se vai formando está voltada para dentro; em vez de se voltar audaciosamente e sem perda de tempo, para as massas, para a sua organização, mobilização e luta.

A terceira reside no facto de o movimento democrático não ter sabido empreender a luta por reivindicações políticas parciais e outros objectivos, criando nessa base verdadeiros movimentos organizados, e lançando grandes iniciativas nacionais.

A correcção destas insuficiências é indispensável para que o movimento democrático possa encarar com confiança as duras batalhas que o esperam.

5. A criação de um amplo movimento pela Amnistia e contra a repressão é tarefa de grande urgência e significado político.

O agravamento da crise do regime e a demagogia «liberalizante» criaram condições favoráveis para a luta pela libertação de todos os presos políticos, pela amnistia, pela abolição das medidas de segurança, pela dissolução da PIDE. Entretanto as iniciativas tomadas nesta direcção não correspondem às exigências do momento.

A formação de estruturas orgánicas muito maleáveis com esses objectivos, o desencadeamento de grandes campanhas nacionais, poderia na actual conjuntura alcançar êxitos importantes, designadamente a libertação de presos políticos.

6. A criação dum movimento nacional das mulheres portuguesas é tarefa para a qual as condições estão maduras. Os encontros, colóquios e convívios do 8 de Março e outras reuniões de mulheres testemunham um progresso real, uma vontade de intervenção e energias disponíveis, dando base para amplas iniciativas

que canalizem para a acção milhares de mulheres actualmente afastadas de qualquer actividade progressista.

7. A participação das massas populares na luta política deve considerar-se a direcção fundamental da actividade do movimento democrático.

São de combater todas as tendências, tanto no plano político, como no plano da organização, que conduzam a manter o movimento no quadro estreito de comissões dirigentes, de directórios políticos, de grupos de «personalidades». A exigência feita por alguns de que se não constituam sem sua autorização comissões de base, particularmente de trabalhadores, de jovens e de mulheres; a oposição ao processo democrático de discussão e decisão por aqueles mesmos que se intitulam «socialistas democráticos»; mostram que na Oposição existem ainda sectores que pretendem condenar o movimento democrático a um círculo acanhado e fechado, marcando apenas na vida política uma presença inofensiva.

Só a participação directa da classe operária e das massas populares na luta política pode dar ao movimento democrático a força necessária para fazer frente à ditadura e à sua repressão e lutar vitoriosamente pelas suas reivindicações.

As massas populares são a base de defesa e a força essencial do movimento democrático. Uma crescente pressão de baixo, da base, do povo faz-se já sentir. Criam-se condições subjectivas para grandes lutas políticas de massas.

8. A política unitária do PCP alcançou grandes êxitos no desenvolvimento da acção política desde a formação do governo de M. Caetano.

Segundo o Partido, a unidade forja-se na acção e para a acção. Não pode limitar-se a acordos de «dirigentes» antes tem de traduzir-se num grande movimento popular. A maior força da Oposição antifascista reside na unidade do povo em luta.

Logo após a formação do governo de M. Caetano, o PCP insistiu em que os sectores antifascistas mais consequentes e onde predominam os sentimentos unitários, voltando-se para as massas, combatendo as concepções oportunistas de direita e o verbalismo pseudo-revolucionário, estavam em condições de tomar nas suas mãos a iniciativa e a direcção da luta na fase actual.

O processo de desenvolvimento do movimento democrático neste período e os seus êxitos constituem uma prova irrefutável da justiça da política unitária do Partido.

A batalha pela unidade continua. O oportunismo, o divisionismo, o anticomunismo e as tendências para o compromisso com o regime fascista e para o colaboracionismo sofreram sérios fracassos mas não estão mortos no movimento democrático.

O movimento unitário em marcha pode ter confiança na sua força. Não sacrificando a sua acção às exigências do oportunismo mas trabalhando sempre e incansavelmente para a unidade de toda a Oposição apoiando-se nas massas populares, empunhando a bandeira das reivindicações democráticas do povo português, alcançará novos sucessos na luta contra a ditadura fascista e pela liberdade.

V

A LUTA NO TERRENO «ELEITORAL» FASCISTA

1. As chamadas «eleições» são uma mascarada «eleitoral» para uma assembleia fascista realizada no quadro duma ditadura fascista para um órgão do Estado fascista.

O carácter da Assembleia Nacional como apêndice do governo e o desrespeito dos fascistas pelo sufrágio transparecem nas palavras de M. Caetano ao afirmar na entrevista a «Manchete» que não permitirá que na Assembleia entre «um grupo de contestação do regime, destinado a agitar o ambiente político e a criar um clima subversivo». E nas palavras do Ministro do Interior ao afirmar que o governo nunca aceitará subordinar-se «à ditadura de qualquer maioria» (23-1-69).

Um recenseamento falsificado por funcionários nomeados pelo governo, a negação das liberdades a candidatas da Oposição, um clima de intimidação e repressão, resultados falsificados, recusa de qualquer efectiva fiscalização, fazem do chamado acto «eleitoral» uma mascarada e uma burla.

2. M. Caetano prepara uma nova burla «eleitoral» com objectivos demagógicos internos e internacionais, afirmando que em Outubro terão lugar «eleições sérias e honestas», às quais a Oposição pode concorrer livremente.

Entretanto, a acção do governo desmente dia a dia as suas afirmações mentirosas e demagógicas, de que são testemunho público a arbitrária proibição de comissões promotoras de voto, a interrupção e repressão pela polícia de reuniões de democratas em diversos distritos, a proibição de vários colóquios e conferências. O governo negou à Oposição a intervenção no recenseamento

mento e recusou a consulta dos cadernos eleitorais fabricados por comissões fascistas.

Os irrisórios resultados do recenseamento declarados pelo Ministro do Interior constituem uma prova flagrante do cozinhado «eleitoral» que os fascistas preparam e a que chamarão uma «vitória eleitoral», um «verdadeiro plebiscito».

3. Vigilância e firmeza política são indispensáveis ante as manobras fascistas e as vacilações de certos sectores da Oposição.

A presença activa e consequente da Oposição democrática no terreno «eleitoral», exigindo o controle e a fiscalização, desmascarando os falsificadores fascistas, põe em causa os planos do governo. Por isso este multiplica os esforços para atrair ao colaboracionismo elementos mais vacilantes da Oposição, para incitar à constituição duma Oposição inofensiva cuja existência tolerada ou reconhecida pelo governo, daria pretexto para reprimir a verdadeira Oposição sob a acusação de «subversiva».

Apesar de que a unidade antifascista se tem reforçado, não é de excluir que elementos oportunistas procurem ganhar com sacrifício do movimento democrático uma situação preferencial de representantes únicos da Oposição.

Um ano de actividade da Oposição sob o governo de M. Caetano mostra que os democratas portugueses estão em condições de fazer frente e inutilizar tais manobras, de manter e reforçar a sua unidade e de travar, no terreno «eleitoral» fascista, uma grande batalha pelas reivindicações fundamentais do povo português, uma grande batalha pela democracia.

4. Nem abstencionismo nem caução à ditadura: concorrer às «eleições» para lutar pela liberdade implica o combate às várias tendências que entravam o desenvolvimento do movimento democrático.

A primeira é o oportunismo de direita, que contraria sistematicamente o desenvolvimento do movimento popular de massas na batalha «eleitoral». Ao mesmo tempo que propõem uma «Ampla Frente Democrática» os socialistas de direita (ASP) procuram dificultar a sua efectivação, combatendo a realização de largas reuniões e assembleias «eleitorais» e a constituição de amplas comissões representativas, pretendendo substituí-las por pequenos grupos de individualidades políticas às quais caberia o direito de tudo decidir no movimento democrático.

A segunda, é o verbalismo de esquerda, que nega a existência do fascismo, e desdenha as reivindicações democráticas, da importância das lutas populares de massas, do aproveitamento de uma ampla acção legal no período «eleitoral».

A terceira é o reboquismo, que consiste na ideia de que o movimento democrático, não tendo condições para impôr a sua existência legal, deve entregar a iniciativa no terreno «eleitoral» aos elementos oportunistas voltados para o compromisso com o regime.

A quarta é o abstencionismo, indistintamente defendido por parte da burguesia liberal ligada à «Acção Democrato-Social» e por sectores esquerdistas cultivadores da frase revolucionária dizendo uns que a apresentação de candidatos da Oposição é uma «caução» ao regime e dizendo outros que «eleições» são «traições».

Todas estas concepções são impregnadas de oportunismo. Todas reflectem a descrença na força potencial do movimento democrático e das massas populares. Todos conduzem à passividade, ao atentismo, à abdicação de possibilidades de luta. Todas exercem uma influência prejudicial no movimento democrático e devem por isso ser combatidas.

5. Cerrar fileiras e fazer corajosamente frente à intimação e à repressão, é uma exigência do momento actual que o decorrer da batalha «eleitoral» pode tornar mais imperiosa.

Os fascistas pensavam que a demagogia «liberalizante» e as manobras de captação, divisão e corrupção conseguiriam silenciar a voz da Oposição democrática e paralisar a sua acção. Como os acontecimentos tem vindo a desfazer tais esperanças, os fascistas mascarados de liberais revelam o carácter da sua demagogia.

«O governo não permitirá a criação daquele clima emocional que é próprio da patologia do sufrágio», — diz o Ministro do Interior; «O governo não permitirá que do calmo debate de ideias se passe ao tumulto revolucionário», — diz Marcelo Caetano.

O Ministro do Interior esclarece finalmente que o governo admite a presença da Oposição sobre a condição desta agir apenas numa base distrital e «pôr ao eleitorado uma simples opção de candidaturas». Mas se a Oposição pretende unificar o seu movimento «para a confrontação global das estruturas constitucionais ou da política do governo» então da parte deste haverá a «reacção indispensável».

Uma tal orientação definida pelo governo, junto às medidas concretas de repressão a que temos assistido, mostra que a Oposição tem de estar preparada para uma batalha dura, difícil, em que cada posição conquistada resultará não de dádivas do governo mas de luta do movimento democrático das massas populares.

6. A Oposição deu já importantes passos no terreno «eleitoral» e vencendo a resistência fascista parte para a campanha dispoendo de fortes trunfos: o ascenso da actividade política e da luta popular; a preparação com antecedência para a batalha «eleitoral»; a formação das Comissões Eleitorais; a realização de amplas e repetidas assembleias e reuniões; o esforço para a unificação à escala nacional; o predomínio dos sentimentos unitários, a rejeição da discriminação, da divisão e do anticomunismo.

Estes êxitos não devem fazer esquecer as grandes deficiências que ainda se registam, a insuficiente ligação às massas, o caciquismo, as debilidades orgânicas, a carência de sérias lutas e movimentos por reivindicações fundamentais, as insuficiências na coordenação e na unidade.

Prosseguindo o trabalho realizado, vencendo as deficiências existentes, a Oposição poderá entrar confiante no chamado período «eleitoral».

7. Candidaturas unitárias, politicamente firmes, ligadas às massas, são a melhor expressão, no terreno «eleitoral», da unidade, factor de força do movimento democrático. Embora seja de desejar a apresentação de candidaturas únicas da Oposição, não deve ser sacrificada a esse objectivo a apresentação de candidaturas unitárias. O movimento democrático tem de preparar-se para escolher rapidamente os seus candidatos e apresentá-los logo que o prazo seja aberto. A eventual antecipação de listas divisionistas, a Oposição democrática deve reagir pela não vinculação a essas listas e pela apresentação das suas próprias candidaturas.

Seria muito importante para o desenvolvimento da luta política que, onde existe um movimento eleitoral, com bases organizadas, a designação de candidatos tivesse o apoio da opinião democrática manifestada em amplos debates, consultas e decisões colectivas.

É necessário que os candidatos sejam homens corajosos, firmes politicamente, dispostos a defrontar a repressão, mantendo-se na luta até ao acto eleitoral, defendendo as reivindicações democráticas do povo português, ligando a sua actividade às aspirações e à acção das massas. É necessário que as candidaturas se apoiem num amplo trabalho organizado, num amplo apoio de massas, traduzido na intervenção das massas na luta política.

A nenhum título seria admissível que, mesmo no quadro de umas eleições fascistas, portugueses pretendessem ser candidatos por Angola, Guiné e Moçambique, cujos povos vítimas do colonialismo português lutam de armas na mão pela independência nacional.

8. Desenvolver a luta política por reivindicações imediatas é a melhor forma de combater o erro de considerar que a única coisa a fazer agora é apresentar candidatos, pensar na campanha, e apelar para o sufrágio. Um tal erro é susceptível de comprometer toda a luta da Oposição no terreno eleitoral e meter na concha o movimento democrático. Este tem de insistir para que sejam satisfeitas algumas reivindicações imediatas relativas às «eleições»:

1.º **Liberdade de organização do movimento eleitoral dos democratas**, o que significa, ausência de qualquer repressão contra os organismos eleitorais de direcção e de base e os seus componentes, e a autorização de aberturas de sedes e postos;

2.º **Liberdade de reunião e de propaganda eleitoral**, o que significa o direito de fundar jornais, de editar folhas e trabalhos, de fazer conferências, de realizar assembleias e concentrações, de utilizar em igualdade de circunstâncias os meios de informação de massas como a imprensa, a rádio, a televisão, os lugares e edificios públicos;

3.º **Fiscalização de cadernos eleitorais e fiscalização do acto eleitoral**, o que significa o fornecimento de cópias integrais dos cadernos eleitorais o sigillo de voto e a participação efectiva de delegados da Oposição democrática em todos os trâmites eleitorais, incluindo a votação e a contagem e apuramento dos votos.

A participação da Oposição democrática nas «eleições» não é um fim em si, antes significa travar uma batalha contra o regime fascista, uma batalha pela liberdade.

Por isso, na campanha eleitoral, a Oposição deverá levantar a primeira reivindicação política do povo português:

A instauração das liberdades democráticas: da formação de partidos políticos, de associação, de imprensa, de reunião, de manifestação, de greve e sindical, com vistas à realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte.

O desenvolvimento do movimento democrático nas condições actuais, tendo em vista a campanha «eleitoral» e a luta ulterior, exige nesta etapa, a luta por objectivos concretos imediatos bem definidos:

- 1.º — A luta pela libertação imediata de todos os presos políticos, pelo regresso dos exilados, pela abolição das medidas de segurança, por inquérito aos crimes fascistas e abusos de autoridade, pela dissolução da PIDE;
- 2.º — A luta pela abolição da censura e pelo direito de informação;
- 3.º — A luta pelo reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática e das suas organizações e meios de propaganda, e o reconhecimento da gestão democrática das organizações de massas, designadamente dos Sindicatos Nacionais e Associações de Estudantes.
- 4.º — A luta pela satisfação de reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas, relativas a salários, a preços e a impostos e a luta pelo direito à greve;
- 5.º — A luta pelo fim imediato da guerra colonial, insistindo na necessidade de estabelecer contactos e negociações com os representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique.
- 6.º — A luta por uma viragem na política externa no sentido do convívio internacional e relações pacíficas com todos os Estados.

9. Uma poderosa organização nacional em que assentam as candidaturas democráticas, é a melhor garantia do sucesso da participação na batalha «eleitoral», da conquista de vitórias parciais, do progresso e da continuidade do movimento democrático, no terreno «eleitoral» e para além dele.

É imperioso que o trabalho de organização se alargue para além dos milhares de activistas que já participam em comissões, reuniões e assembleias preparatórias e se volte decisivamente para as massas; se multipliquem rapidamente as mais variadas comissões e assembleias de funcionamento periódico com uma composição o mais larga possível; se reforcem os métodos democráticos de debate, de designação das comissões e dos seus eventuais organismos; se reforce o carácter unitário de todo o movimento; se combata e reduza a influência de tendências divisionistas e discriminatórias, de tendências para o caciquismo, para os arranjos no topo, para a limitação e o refreamento da organização e da iniciativa da base do movimento; se responda à exigência de coordenação e unificação do movimento democrático tendo em conta os diversos graus de desenvolvimento nos vários distritos; se faça acompanhar o desenvolvimento democrático por movimentos independentes de trabalhadores, de jovens, de mulheres e de movimentos por objectivos específicos.

10. A continuação da luta para além das «eleições» assegura-se desde já através do desenvolvimento de um amplo movimento eleitoral de massas.

Na actividade da Oposição democrática com vistas à realização de «eleições», quatro ideias mestras têm de estar presentes. A primeira: que por muito importante que seja o aproveitamento das possibilidades de acção democrática em torno das «eleições» fascistas, e de facto o é, a luta para pôr fim à ditadura e para conquistar a liberdade não se limita nem se decide nas «eleições». A segunda: que a luta no terreno «eleitoral» está indissoluivelmente ligada à luta pelas reivindicações democráticas fundamentais do povo português, e para já à luta pela satisfação de algumas reivindicações concretas imediatas. A terceira: que a luta no terreno «eleitoral» deve ser considerada como um passo para fortalecer o movimento democrático e impôr a continuidade da luta política para além das «eleições». A quarta: que o prosseguimento da acção política legal deve ser desde já preparado pelo desenvolvimento da luta por objectivos concretos imediatos, base da continuidade do movimento, sob novas formas.

VI

A PERSPECTIVA DO MOVIMENTO ANTIFASCISTA

1. Enquanto, a coberto da aparência duma política dinâmica e renovadora, o fascismo operou um efectivo recuo político e se colocou numa posição defensiva, a classe operária, os estudantes, o movimento democrático passaram à ofensiva. Decerto não se aproveitaram em profundidade todas as possibilidades da situação. A ofensiva foi irregular, por vezes hesitante, mas nem por isso menos significativa, na conquista de numerosas posições, nos progressos no plano político, da propaganda e da organização, na satisfação conseguida, embora limitada, parcial, contingente, não consolidada, de diversas reivindicações.

Desfeitas muitas das esperanças da demagogia «liberalizante», encurralado o fascismo nessa demagogia pela ofensiva popular e democrática, **reduz-se cada vez mais o seu campo de manobra.**

Não lhe é possível insistir na demagogia «liberalizante» na sua forma actual, nem lhe é possível regressar a curto prazo ao imobilismo salazarista.

O povo português deve estar vigilante para com uma nova manobra que os fascistas preparam, apresentando de forma espectacular ao país uma Assembleia Nacional «renovada» saída da burla «eleitoral» e um governo «remodelado». Medidas demagógicas como uma «Lei de Imprensa», uma «Reforma Universitária» a «Autonomia administrativa» de Angola, Guiné e Moçambique, mesmo uma «Reforma Agrária», teriam como objectivo ludibriar o povo português e consolidar a ditadura fascista.

O povo português e o movimento democrático têm também de estar preparados para **uma nova ofensiva da repressão** com a qual os fascistas procurem abafar o ascenso da luta popular.

2. Se se restringe o campo de manobra do fascismo, também caminha para o seu limite o prazo em que a Oposição democrática pode desenvolver a luta na base da preparação para as «eleições». Dentro dum curto espaço de tempo a situação imporá novas formas de organização, novos objectivos imediatos fundamentais, novos elementos propulsores e catalizadores do movimento democrático.

Se o movimento democrático se mostrar capaz de mobilizar as suas grandes reservas — as massas populares, — se souber forjar nesta fase da luta milhares de novos combatentes, se tomar atempo as medidas necessárias para assegurar a luta para além do acto «eleitoral», sairá fortalecido da batalha e criará condições para fazer frente à previsível contra-ofensiva fascista e para travar ulteriormente novas e maiores batalhas.

3. A perspectiva revolucionária da luta contra a ditadura fascista nunca deve ser esquecida.

Se na fase actual os maiores esforços devem ser concentrados para o prosseguimento da acção legal e semi-legal, para o desencadeamento dum poderoso movimento político de massas, para a criação de amplas estruturas correspondentes, para a radicação na legalidade ou numa semi-legalidade das actividades da Oposição, nunca se deve perder de vista que a ditadura fascista não cederá sucessivamente posições atrás de posições, não se conformará com a aparição na vida política nacional à luz do dia de uma real Oposição popular, nem com o desenvolvimento de movimentos em que participem massas cada vez mais amplas.

O próprio processo da luta conduzirá ao seu agravamento. O governo não capitula nem se demite. Dispõe do aparelho do Estado e, no dia em que sentir em perigo eminente a sua própria existência (estejam no poder clãs «ultras» ou «liberalizantes»), não hesitará em recorrer à intervenção das forças armadas, não hesitará em recorrer à guerra civil, para tentar abafar a luta popular.

Ganhar as massas para a ideia de que a luta será dura e difícil, de que os fascistas utilizarão todos os meios para se manterem no poder, de que a agudização da luta de classes conduzirá a um choque frontal que se decidirá pela força; forjar um exército político ligado às massas, e voltado para a mobilização das massas com essa perspectiva; tomar nas várias direcções da actividade política e de organização uma orientação e medidas práticas correspondentes a essa perspectiva, — são tarefas intimamente relacionadas com a acção na fase actual.

O movimento popular antifascista avança numa larga frente de luta por objectivos concretos imediatos. A meta, na etapa actual da revolução, é o derrubamento da ditadura fascista e a instauração dum regime democrático que assegure ao povo e à nação portuguesa a liberdade, a paz e a independência nacional.

Agosto de 1969

O Comité Central
do Partido Comunista Português



O CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE LÉNINE

(Resolução do Comité Central do Partido Comunista Português)

1. O centenário do nascimento de Lénine terá lugar em 22 de Abril de 1970.

O Partido Comunista Português, cuja fundação, desenvolvimento e actividade estão indissolúvelmente ligados às ideias de Lénine e à sua acção como dirigente do proletariado russo e internacional, comemora o centenário do seu nascimento ao lado do Partido Comunista da União Soviética e do povo soviético, dos países socialistas, dos partidos comunistas e operários, dos trabalhadores de todo o mundo, dos povos em luta pela independência e em particular dos povos submetidos ao jugo colonial português.

2. Lénine foi o continuador genial de Marx e Engels, teórico do proletariado, estratega da revolução, fundador do primeiro partido proletário de novo tipo, guia da primeira revolução socialista vitoriosa e da criação do primeiro Estado de operários e camponeses, impulsor da organização e do desenvolvimento do movimento comunista internacional nas condições do imperialismo.

A revolução socialista vitoriosa e a construção do socialismo numa série de países, a derrota do nazismo e do militarismo hitleriano na 2.ª guerra mundial, a criação da comunidade socialista, o desenvolvimento do movimento operário internacional nos países capitalistas e a formação e sucessos das suas vanguardas revolucionárias, a derrota do sistema colonial do imperialismo e a conquista da independência de numerosos povos, a contenção dos planos de guerra do imperialismo; — são inseparáveis das ideias do marxismo-leninismo.

Todas as grandes conquistas revolucionárias da nossa época, a começar pela revolução socialista de Outubro, estão ligados ao nome de Lénine.

Comemorar o centenário do nascimento de Lénine é comemorar os êxitos e vitórias da União Soviética, principal baluarte de todas as forças revolucionárias do mundo. É comemorar os êxitos e vitórias do Partido de Lénine, o Partido Comunista da União Soviética. É comemorar as vitórias históricas dos países socialistas, do proletariado internacional, dos povos que se libertaram do jugo colonial. É comemorar o triunfo das ideias do marxismo-leninismo, que inspiram milhões de homens e iluminam o caminho da luta pela libertação de toda a humanidade do jugo do imperialismo, pelo triunfo do comunismo à escala mundial.

3. A vida comprova diariamente os princípios do marxismo-leninismo. Comprova que os desvios desses princípios, o revisionismo de direita ou de esquerda, atingem os interesses vitais da classe operária e os objectivos do socialismo e do comunismo.

Comemorando o centenário do nascimento de Lénine, o Partido Comunista Português salientará a necessidade de defender a pureza do marxismo-leninismo e os seus princípios fundamentais.

O Partido Comunista Português comemorará o centenário do nascimento de Lénine combatendo firmemente as tendências oportunistas de direita e de esquerda, o dogmatismo, o revisionismo e o nacionalismo, e defendendo no trabalho ideológico e na acção os princípios do leninismo.

A fundação do Partido Comunista Português em 1921 resultou do amadurecimento da consciência política de classe do proletariado português, poderosamente estimulado pela vitória da Revolução de Outubro, pelo exemplo dos bolcheviques russos, pela difusão do marxismo-leninismo.

As ideias de Lénine tiveram uma decisiva importância para o desenvolvimento do Partido através dos anos, para as duras condições de clandestinidade impostas pela ditadura fascista, se forjar como vanguarda da classe operária, como único partido revolucionário existente em Portugal.

Os ensinamentos do marxismo-leninismo, inspiram o Programa, os Estatutos, a orientação política, a tática, os princípios orgânicos e a vida interna do Partido Comunista Português.

Comemorando o centenário do nascimento de Lénine, o Partido Comunista Português dará particular relevo à orientação leninista que indica ao proletariado e às massas populares para a libertação de Portugal da ditadura fascista, para a conquista da democracia e do socialismo.

Vanguarda da classe operária portuguesa, o Partido Comunista Português é ao mesmo tempo um destacamento do movimento comunista internacional. Os seus deveres para com a classe operária e o povo de Portugal são inseparáveis dos seus deveres internacionalistas.

Comemorando o centenário do nascimento de Lénine, o Partido Comunista Português dará também particular relevo à sua consequente política internacionalista.

4. No trabalho político relativo às comemorações, será dado particular relevo aos seguintes temas:

- O papel dirigente da classe operária e do seu Partido na revolução socialista e na construção do socialismo;
- O processo revolucionário e as etapas da revolução;
- A ditadura do proletariado e a democracia socialista;
- O internacionalismo proletário, ideologia do proletariado e do movimento comunista;
- A cooperação e a solidariedade da comunidade socialista factor essencial do seu desenvolvimento, da sua influência mundial e da sua defesa;
- A cooperação e unidade dos partidos comunistas na base do marxismo-leninismo, factor do êxito de todos e de cada um;
- A unidade das três grandes forças revolucionárias do mundo actual (campo socialista, movimento operário e movimento nacional-libertador) factor de primordial importância para a luta contra o imperialismo.
- A revolução democrática e nacional em Portugal e os seus objectivos;
- A classe operária portuguesa e o seu partido, vanguarda e força determinante da luta contra a ditadura fascista;
- A política de alianças da classe operária na luta pelo derrubamento do fascismo;
- As tarefas imediatas e a perspectiva da insurreição popular armada;
- A classe operária portuguesa, o seu Partido e o movimento de libertação nacional dos povos submetidos ao colonialismo português;
- O Partido Comunista Português, as suas relações com os partidos irmãos, a sua acção em defesa da unidade do movimento comunista sob a bandeira do marxismo-leninismo.

5. As comemorações do centenário do nascimento de Lénine pelo Partido Comunista Português sofrem as limitações impostas pelas condições de severa clandestinidade.

O Comité Central do Partido Comunista Português, tendo em conta essas condições, decide:

- Que de Janeiro a Abril de 1970, em todas as organizações do Partido se realizem reuniões total ou parcialmente consagradas ao centenário;
- Que no mesmo período se façam reuniões comemorativas com operários, camponeses, empregados, estudantes e intelectuais;
- Que em Abril de 1970 se publique um número especial do «Avante» dedicado ao centenário do nascimento de Lénine;
- Que seja publicada no «Militante» uma série de artigos sobre Lénine e o leninismo;
- Que Rádio Portugal Livre emita programas comemorativos;
- Que se faça uma edição de textos de Lénine sobre Portugal;
- Que se edite um postal com uma foto e uma pequena nota biográfica de Lénine;

O Comité Central faz também um apelo para que se tomem iniciativas diversas no quadro das comemorações: paralizações de 1 minuto nos locais de trabalho, escolas, etc., trabalho de agitação, artigos, pequenas edições, reuniões, assembleias, palestras, colóquios, mesas redondas, poemas, músicas, objectos a oferecer ao PC US, ao Museu de Lénine de Moscovo, etc.

6. Lénine insistiu em que a teoria não é um dogma, mas um guia para a acção. A fidelidade aos princípios é inseparável da prática revolucionária.

À frente da classe operária e das massas trabalhadoras, o Partido Comunista Português e cada um dos seus militantes comemorarão o centenário do nascimento de Lénine, lutando com entusiasmo e devoção contra a ditadura fascista, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

Agosto de 1969

O Comité Central
do Partido Comunista Português